

5.2 - AÇÕES IMPLEMENTADAS COM VISTAS A REDUZIR AS DESIGUALDADES REGIONAIS

5.2.1. Aspectos Gerais

A regionalização a ser adotada pelo plano plurianual não foi definida na Constituição Federal, que delegou à lei complementar, ainda inexistente, a competência de dispor sobre esse e os demais aspectos da organização do plano plurianual.

Em que pese a lacuna legal, a Mensagem Presidencial nº 650, que encaminhou o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008/2011 ao Congresso Nacional, prioriza “a redução das desigualdades regionais” como forma de viabilizar a Estratégia de Desenvolvimento e incorpora a dimensão territorial no planejamento, na forma descrita a seguir:

- a) a superação das desigualdades sociais e regionais;
- b) o fortalecimento da coesão social e unidade territorial;
- c) os potenciais de desenvolvimento sustentável das diferentes regiões;
- d) a valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica da população;
- e) o uso sustentável dos recursos naturais;
- f) o apoio à integração sul-americana e o apoio à inserção competitiva autônoma no mundo globalizado.

A Mensagem que encaminhou o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008/2011 definiu, ainda, como um dos dez objetivos de governo, “Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional” e este objetivo de governo está organizado com a vinculação dos seguintes objetivos setoriais e programas:

- Ampliar a contribuição do Brasil na redução de emissões por fontes e remoção por sumidouros de gases do efeito estufa e preparar o país para os efeitos das mudanças climáticas, com o programa 1346 – Qualidade Ambiental.
- Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional com os programas 1332 – Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros; 0508 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; e 0104 – Recursos Pesqueiros Sustentáveis.
- Aprimorar o licenciamento ambiental e desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável com o programa 0506 – Nacional de Florestas.
- Consolidar o desenvolvimento territorial com o programa 1334 – Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.
- Consolidar política de gestão pública na área de aquíicultura e pesca com o programa 1344 – Gestão da Política Aquícola e Pesqueira.

- Desenvolver o pólo industrial de Manaus com o programa 0392 – Pólo Industrial de Manaus.
- Garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial, com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso com o programa 0794 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.
- Promover a articulação institucional e a cidadania ambiental por meio do fortalecimento do SISNAMA, da educação ambiental, da participação e do controle social com os programas 0052 – Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; e 0511 – Gestão da Política de Meio Ambiente.
- Promover a disponibilidade de água com qualidade e a gestão dos recursos hídricos, o controle de poluição, a conservação e a revitalização de bacias com os programas 0497 – Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos; 1107 – Probacias-Conservação de Bacias Hidrográficas; e 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.
- Promover a queda contínua e consistente do desmatamento, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros com os programas 1080 – Combate à Desertificação; e 0503 – Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer.
- Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais com os programas 1102 – Agenda 21; 1145 – Comunidades Tradicionais; 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade; 8007 – Resíduos Sólidos Urbanos; e 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico.
- Promover e estimular a interiorização do desenvolvimento na Amazônia Ocidental e nos municípios de Macapá e Santana/AP com o programa 1020 – Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da Suframa.
- Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos com os programas 1430 – Desenvolvimento Macrorregional Sustentável; 0757 – Gestão da Política de Integração Nacional; 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso; 0120 – Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.
- Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais e sub-regionais com maior incidência de secas com o programa 1047 – Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver.

- Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários com o programa 0379 – Desenvolvimento da Agricultura Irrigada.

Dessa forma, com a orientação emanada pelo Plano Plurianual 2008/2011 aos orçamentos que com ele devem estar compatíveis em relação à redução das desigualdades regionais, tem-se a possibilidade de um alinhamento da concepção e execução das ações contempladas no âmbito desses 28 programas associados ao objetivo de governo supracitado.

Dentre os programas que têm por objetivo precípua a redução das desigualdades regionais e a dinamização de espaços sub-regionais, a maioria tem como órgãos responsáveis por sua execução o Ministério da Integração Nacional – MI com seis programas e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com 17 programas, o que reforça a atuação de órgãos que são eminentemente territoriais, pois operam respectivamente para dinamizar os arranjos produtivos e manter ou recuperar a sustentabilidade ambiental.

No conjunto de ações integrantes do PPA 2008/2011, exercício de 2009, que estavam vinculadas, por intermédio dos correspondentes programas, ao objetivo de governo “Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional”, tem-se a verificação de que os dois órgãos supracitados representaram em torno de 87,4% (29,1 do MI e 58,3% do MMA) do total de ações associadas àquele objetivo de governo, tendo-se respectivamente 106 ações no MI e 212 no MMA.

Os programas 1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 0392 - Pólo Industrial de Manaus, 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da Suframa, 0794 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União e 1344 - Gestão da Política Aquícola e Pesqueira, estão sob a responsabilidade dos seguintes órgãos, respectivamente: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA¹. Esses órgãos representaram, de forma consolidada, a execução de 46 ações integrantes daqueles programas que puderam contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Também, é importante evidenciar que no PPA 2008/2011 estão contempladas ações orçamentárias das reinstituídas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste – Sudam e Sudene, que estão presentes tanto nos programas supracitados desenvolvidos pelo MI, quanto em outros que guardam relação direta com o planejamento e desenvolvimento do território. Essas superintendências têm missões institucionais que se alinham ao objetivo de governo mencionado por promoverem o desenvolvimento incluyente e sustentável em suas áreas de atuação que abrangem toda a Amazônia Legal (integrada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parcela do estado do Maranhão) e os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e, parcialmente, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Pode-se citar, a título de exemplo, o programa 1430 – Desenvolvimento Macrorregional Sustentável, em que há a vinculação ao objetivo setorial de “Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos” e tem por objetivo do programa promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público para o desenvolvimento regional.

Os programas associados ao objetivo de governo “Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional” e as respectivas ações que constaram do orçamento fiscal e da seguridade no exercício de 2009 estão apresentados nas informações adicionais.

Registra-se ainda que o MP, tendo como um dos escopos o aperfeiçoamento da regionalização das ações do Governo Federal no exercício de 2009 e em continuidade à implementação de atividades como desdobramento do “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento”, lançado em novembro de 2008, instituiu nova estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI onde as competências de suas unidades administrativas foram consolidadas por atuação temática.

Essa nova forma de atuação é resultado de ampla discussão na Secretaria com vistas a uma mudança profunda no entendimento da análise de processos relacionados ao planejamento governamental, cujo resultado foi a substituição de uma lógica focada nos processos e organizada a partir dos órgãos da Administração Pública Federal para outra focada nas políticas públicas, nos produtos e serviços ofertados à sociedade e organizada por temas.

¹ Conforme Lei Nº 11.958, de 2009, que dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR em Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

Nessa concepção, tem-se o fortalecimento de instrumentos e mecanismos associados ao planejamento governamental que possa induzir uma atuação do Governo Federal que estimule e promova a implementação de ações com vistas à redução das desigualdades regionais, uma vez que na definição dos núcleos temáticos e respectivos temas (entende-se por tema o agrupamento de assuntos relativos ao planejamento governamental que guardam sinergia entre si, podendo coincidir com um setor – área de atuação ministerial – abarcar mais de um setor ou ser menor que um setor) foi considerada a incorporação da dimensão espacial em todos os elementos de análise territorial do problema ou da demanda social, com proposta de estudos sobre a atuação do governo/estado no que diz respeito ao enfrentamento do problema ou ao atendimento da demanda, verificando-se, quando possível, a dimensão territorial à análise, considerando:

- a existência ou não de recortes territoriais de referência para análise do problema ou para a atuação de governo (incluindo prioridades para alocação de recursos);
- a concepção de estratégias de implementação distintas, a depender das configurações territoriais do problema ou da demanda;
- o envolvimento de outros atores (governamentais e não-governamentais) na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da política pública, como forma de “captar” melhor as peculiaridades do problema ou da demanda em determinada porção do território ou como forma de articular as ações promovidas pelos diversos atores no território;
- a existência da política pública no marco legal em questão de determinações espaciais para a elaboração ou execução de políticas públicas;
- a alocação e, se possível, a execução – do ponto de vista espacial – dos recursos de programas, ações, fundos, e etc associados ao tema.

5.2.2. Análise Setorial

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

As ações sob gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aprovadas na Lei Orçamentária Anual são, em sua maioria, de abrangência nacional e contribuem, de forma indireta, para a redução das desigualdades regionais.

Das ações passíveis de análise, por serem regionalizadas, destacam-se duas integrantes do Programa – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, oriundas fundamentalmente de emendas parlamentares, que têm como objetivo atender aos pequenos e médios produtores rurais. A sua implementação é efetuada

mediante parcerias com entidades não-governamentais e prefeituras municipais das diversas Unidades Federativas.

Em 2009, a ação Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário foi contemplada com uma dotação orçamentária de R\$ 75,31 milhões. Dos créditos aprovados, foi aplicado mediante a realização de convênios ou contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal o montante de R\$ 56,63 milhões para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, matadouros públicos, centros de comercialização de produtos agropecuários, entre outros, com a perspectiva de beneficiar aproximadamente 25 mil pequenos e médios produtores rurais.

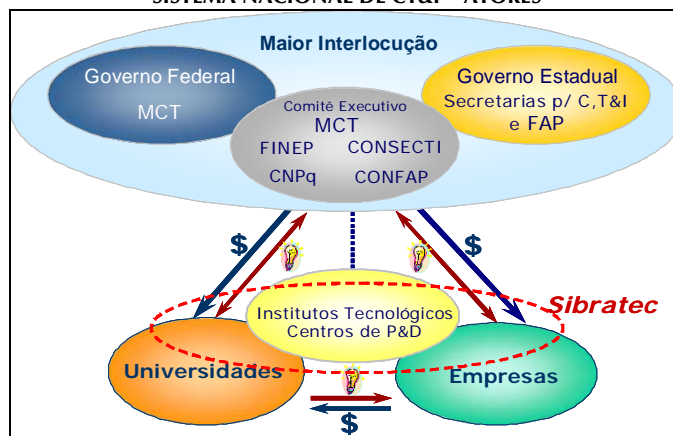
Para a implementação da ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário foi aprovada uma dotação orçamentária de R\$ 624,59 milhões, tendo sido aplicado mediante convênios ou contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal o montante de R\$ 499,95 milhões para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, matadouros públicos, centros de comercialização de produtos agropecuários, recuperação de estradas vicinais, recuperação de solos, atendendo aproximadamente 2.558 projetos de fomento aos pequenos e médios produtores rurais.

Ministério da Ciência e Tecnologia

Um ponto central previsto no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação - PACTI é o fortalecimento das interações entre os atores do Sistema Nacional de C,T&I visando tanto à ampliação da base científica nacional, rumo à consolidação da excelência nas diversas áreas do conhecimento, quanto à intensificação da capacitação tecnológica das empresas brasileiras para geração, aquisição e transformação de conhecimento em inovação. O Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT tem buscado dar visibilidade e tornar efetiva essa interação por meio da intensificação da interlocução entre os principais atores do Sistema Nacional de C,T&I nas diferentes esferas da Federação. Nesse contexto, destacam-se os avanços alcançados nas parcerias com os estados, Distrito Federal e municípios, tendo como principal ação a modificação dos critérios de parceria com o objetivo de tornar contínua a destinação de recursos para C,T&I.

Um dos marcos importantes dessa parceria foi a instalação do Comitê-Executivo da Cooperação entre o MCT, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C,T&I (Consecti) e o Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), que tem possibilitado ampliar a capilaridade das ações do Ministério e de suas agências em todo o território nacional. A figura a seguir possibilita visualizar essa interlocução.

SISTEMA NACIONAL DE CT&I – ATORES



Fonte: MCT

Outras medidas adotadas no sentido de ampliar a interação com os entes federados foram: a) a alteração dos critérios para implementação dos projetos estruturantes em todos os estados; b) o lançamento de encomendas para incluir os estados que não foram atendidos por chamadas públicas ou pelos Programas de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe), Pappe Subvenção, Juro Zero e Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAE) – Pesquisador na Empresa; e c) o fortalecimento do Programa de Núcleos de Excelência (Pronex). Buscou-se ainda a gestão compartilhada com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, inclusive com a destinação de recursos do Programa RHAE para as FAPs das regiões incentivadas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) com vistas à inserção de pesquisadores nas empresas dessas regiões.

Ministério da Cultura

No âmbito do Sistema MinC, o Programa Mais Cultura, que representa as prioridades ministeriais integrantes do eixo promoção da cultura da Agenda Social do Governo, é formado por um conjunto de ações de diversos programas orçamentários e tem como um de seus pilares conceituais a redução das desigualdades regionais mediante o desenvolvimento de iniciativas direcionadas à inclusão social e à ampliação da acessibilidade do cidadão aos bens culturais em todo o território nacional. Entre as iniciativas de inclusão social desse metaprograma, devem ser ressaltados os Pontos de Cultura, que são projetos de apoio a comunidades carentes que já desenvolvem atividades culturais. Até o exercício de 2009, o Governo Federal contribuiu para o apoio e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura localizados em todo o território nacional.

O Programa também contempla iniciativas de investimentos tradicionais na área do livro e leitura, com vistas a estimular o hábito da leitura nas próximas gerações, especialmente nas comunidades mais carentes nas diversas regiões do país. Como mencionado anteriormente neste relatório, o Governo tem como meta final “zerar” o número de municípios sem biblioteca pública e, em 2009, foram adquiridos 450 kits de

pequenas bibliotecas, para instalação em municípios carentes, compostos de 2.000 títulos selecionados, mobiliário, equipamentos de informática e de produção de som e imagem no local, além de mais 100 kits com 1.000 títulos e mobiliário para modernização de bibliotecas existentes.

Dentro de uma concepção integrada de políticas de infraestrutura e inclusão social, o Sistema MinC, em parceria com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, está selecionando projetos para a construção dos denominados Espaços Mais Cultura em áreas de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Esta iniciativa trata da construção, recuperação ou ampliação de espaços físicos, tanto nas periferias quanto nos grandes centros urbanos, para fruição, produção, difusão, diálogo e convivência cultural das comunidades em que estão instalados ou venham a se instalar, e de estímulo à interação das linguagens artísticas em um mesmo ambiente.

O problema da regionalização é tratado, na construção desses espaços, com dois cortes conceituais: um geográfico tradicional e outro social, este com base na geografia humana, referente às comunidades carentes também presentes nos grandes centros urbanos.

No campo da economia da cultura, o Programa apresenta duas iniciativas que se destacam: o projeto do “Vale-Cultura” e os “Microprojetos Mais Cultura”. O Vale-Cultura ainda é um Projeto-de-Lei que tramita no Congresso Nacional, que propiciará aos trabalhadores brasileiros que recebam até cinco salários mínimos receber um benefício de R\$ 50 por mês para aquisição de produtos, bens e serviços culturais (tais como ingressos de cinema, teatro, museu e créditos para aquisição de CDs, DVDs, etc). Com o “Vale Cultura”, espera-se injetar diretamente na economia criativa do país R\$ 600 milhões por mês para consumo direto de bens e serviços culturais pelos trabalhadores de baixa renda que, segundo estimativa do Ministério do Trabalho e Emprego, representam 12 milhões de pessoas empregadas nas empresas tributadas com base no lucro real.

Quanto aos Microprojetos Mais Cultura, eles têm como objetivo fomentar e incentivar artistas, grupos artísticos independentes e pequenos produtores culturais da região do semiárido brasileiro, uma região que concentra os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDHs do país mas que é, também, uma das mais ricas culturalmente. Em 2009 foram contempladas 1.200 iniciativas que beneficiaram jovens de 17 a 29 anos residentes na região.

Em termos globais, os resultados da política de regionalização dos investimentos em artes e cultura

promovidas pelo Governo Federal no período de 2003 a 2009, por meio do MinC, podem ser avaliados no quadro e nos respectivos gráficos a seguir.

Os dados do quadro contrastam a posição dos investimentos aportados pelo MinC em cada região do país em 2003 com a de 2009, resultantes de um crescimento continuado dos recursos alocados às políticas culturais do Governo nos anos desse período, e também permitem uma comparação da distribuição regional dos recursos da cultura na execução do Orçamento Geral da União - OGU com a distribuição dos recursos oriundos da renúncia fiscal (RF) nesses anos.

INVESTIMENTOS CULTURAIS REGIONALIZADOS

REGIÃO	Valores em R\$ mil			
	2003		2009	
	OGU	RF	OGU	RF
NACIONAL	30.889	0	364.178	0
CENTRO-OESTE	13.982	22.398	29.912	47.050
NORDESTE	12.804	12.067	83.835	18.382
NORTE	2.103	3.557	19.625	3.809
SUDESTE	43.028	290.786	144.998	563.002
SUL	6.006	30.185	24.720	50.011
EXTERIOR	2.803	0	6.233	0
TOTAL	111.615	358.992	673.501	682.254

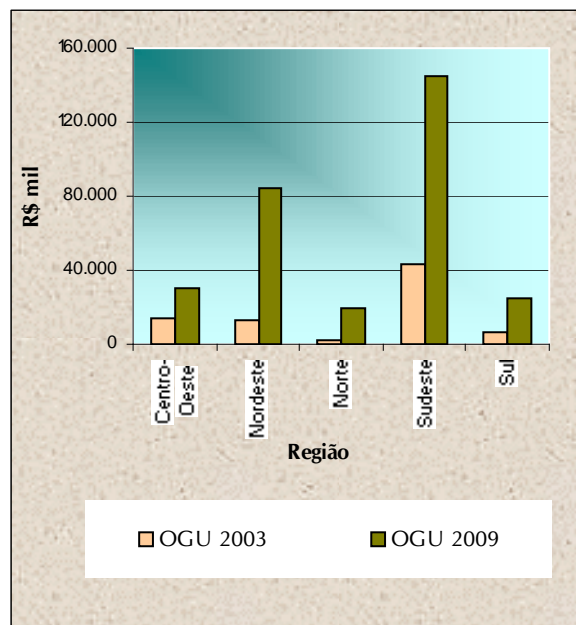
Fontes: Sistemas SAE, SIMC e SALICNet (todos do MinC)

Os investimentos financiados com recursos do OGU têm sido realizados para compensar a imensa concentração dos investimentos via renúncia fiscal, com base na Lei Rouanet e na Lei do Audiovisual, na Região Sudeste.

Observe-se, no gráfico a seguir, que os investimentos (valores históricos, sem correção monetária) nas Regiões Norte e Nordeste foram priorizados no período de 2003 a 2009, partindo-se de patamares de R\$ 2,1 milhões e R\$ 12,8 milhões, em 2003, até atingir R\$ 19,6 milhões e R\$ 83,8 milhões, respectivamente, em 2009.

Os recursos orçamentários para investimentos na Região Sudeste cresceram, nesse mesmo período, em um ritmo menor que os das Regiões Norte e Nordeste, passando de R\$ 43,0 milhões para R\$ 145,0 milhões, aproximadamente.

REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS CULTURAIS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO COMPARATIVO: 2003 E 2009

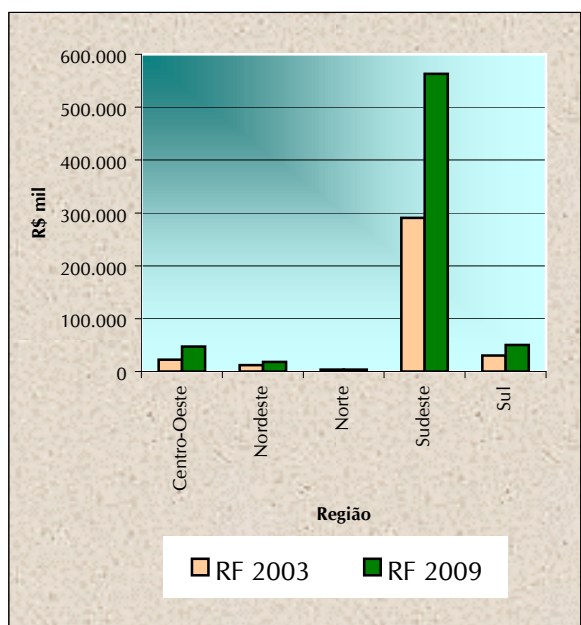


Considerando-se que a maior parte da infra-estrutura institucional de provimento de bens e serviços artísticos e culturais dos órgãos vinculados ao MinC se concentra nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, esse processo de desconcentração dos benefícios culturais tem sido implementado com base nos acréscimos de créditos orçamentários concedidos ao MinC nos últimos anos.

Os volumes de investimentos representados nos gráficos mostram que essa política pode ser mais eficiente na desconcentração espacial e social dos benefícios da cultura do que o instituto do “mecenato estatal” com base na renúncia fiscal.

Enquanto os recursos oriundos da renúncia fiscal aumentaram na Região Sudeste, de R\$ 290,8 milhões, em 2003, para R\$ 563,0 milhões, em 2009, essa fonte de recursos aumentou na Região Nordeste, de apenas R\$ 12,1 milhões, em 2003, para R\$ 18,4 milhões, em 2009, mantendo-se praticamente estagnados, historicamente, na Região Norte.

**REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS CULTURAIS COM RENÚNCIA FISCAL
COMPARATIVO: 2003 E 2009**



A análise contrastante com esses dados é importante porque as Regiões Sudeste e Nordeste são as mais populosas do país e também porque apresentam os maiores contrastes de renda regional per capita, com tendência natural de reprodução contínua desse modelo

econômico distributivo indesejado no acesso de suas respectivas populações aos bens e serviços culturais.

É importante ressaltar que, em termos populacionais, conforme dados projetados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na Região Sudeste se encontra 42,6% da população brasileira e nas Regiões Norte e Nordeste, somadas, 35,7 % da população, não se justificando, socialmente, uma distribuição tão desigual dos recursos para investimentos culturais.

Com isso evidencia-se uma vez mais, conforme estudos da economia da cultura desenvolvidos pelo Instituto de Planejamento Econômico Aplicado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – IPEA/MP, a estreita correlação natural entre desenvolvimento econômico e investimento cultural regional, exigindo-se aporte de recursos orçamentários para compensar essa distorção na distribuição dos benefícios da cultura.

A política de regionalização dos investimentos do Sistema MinC está sendo aperfeiçoada no sentido da utilização de critérios socialmente mais justos de partilha dos recursos públicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, além do critério populacional exigido pela Constituição Federal.

Ministério da Defesa

Projeto Soldado-Cidadão

Na dimensão de redução das desigualdades sociais e regionais, o Ministério da Defesa, por intermédio do Projeto Soldado-Cidadão, contribui significativamente para o desenvolvimento social do país. Criado em agosto de 2004, o Projeto tem por finalidade qualificar profissionalmente jovens recém-egressos nas Forças Armadas, para que, após o término do tempo de serviço militar, possam enfrentar o mercado de trabalho em melhores condições. Pesquisas anuais revelam que 70% dos jovens que realizam os cursos profissionalizantes do Projeto estão empregados ou gerando renda como autônomos.

Em 2009, o Ministério da Defesa, por intermédio do Projeto Soldado-Cidadão, possibilitou a qualificação profissional de 14.651 cidadãos egressos do serviço militar. Desde a sua origem, o Projeto já beneficiou 133.803 jovens, nas três Forças Singulares e em todo território nacional, de acordo com os dados apresentados no quadro a seguir:

REGIÕES GEOGRÁFICAS	EFETIVO BENEFICIADO								SOMA
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
NORTE	-	-	4.569	2.599	2.282	2.688	2.775	2.398	17.311
NORDESTE	-	793	6.228	4.138	5.291	4.564	3.816	2.756	27.586
CENTRO-OESTE	-	759	3.928	3.271	2.235	3.181	2.977	2.282	18.633
SUDESTE	1664	2.150	9.925	8.934	5.371	5.729	4.775	3.199	41.747
SUL	-	1.248	5.350	4.431	3.666	5.106	4.709	4.016	28.526
SOMA	1664	4.950	30.000	23.373	18.845	21.268	19.052	14.651	133.803

Fonte: Ministério da Defesa

Programa Calha Norte

O Programa Calha Norte – PCN foi criado em 1985, pelo Governo Federal, com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional. As ações do Programa visam fixar o homem na região amazônica, dentro de padrões de desenvolvimento socialmente justos e ecologicamente sustentáveis. O desenvolvimento da faixa de fronteira configura-se como importante diretriz da política nacional e internacional brasileira. Apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, a região ainda se apresenta como pouco desenvolvida economicamente. No âmbito do Programa, em 2009, diversas atividades que contribuíram para a promoção do desenvolvimento ordenado da Região e da

redução das desigualdades sociais. Com esse intuito, os recursos da Ação 1211 - Implantação da Infraestrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte - foram liberados aos estados e prefeituras conveniadas, para a realização de obras de infraestrutura básica nas áreas de saúde, educação, saneamento, transporte, energia e comunicações. Ao todo foram celebrados, em 2009, 243 convênios com seis estados, voltados ao apoio direto à sociedade, de forma a contribuir para o desenvolvimento nacional e a inclusão social dos cidadãos residentes em municípios distantes dos grandes centros, carentes de apoio estatal. O quadro seguinte demonstra os estados que celebraram convênios com o Programa Calha Norte:

Em R\$ 1,00

ESTADO	EMPENHADO	PUBLICADOS	VALORES EMPENHADOS	VALORES PUBLICADOS	%
ACRE	5	5	1.150.000,00	1.150.000,00	100
AMAPÁ	82	51	51.783.642,15	37.900.000,00	73,19
AMAZONAS	37	25	19.350.000,00	12.900.000,00	66,67
PARÁ	7	6	2.395.000,00	2.200.000,00	91,86
RONDÔNIA	145	142	40.885.500,00	40.235.500,00	98,41
RORAIMA	18	14	20.399.999,94	16.899.999,94	82,84
TOTAL	294	243	135.964.142,09	111.285.499,94	81,85

Fonte: Ministério da Defesa

Projeto Rondon

As atividades desenvolvidas pelo Projeto Rondon também contribuem para a redução das desigualdades sociais. A capacitação de multiplicadores para formação de produtores, agentes públicos, professores e lideranças locais produz efeitos duradouros para a população atendida, na medida em que possibilita a melhoria da economia, do meio ambiente e da administração local.

Programa Infraero Social

O Programa Infraero Social foi criado para adicionar às competências básicas da empresa uma atuação ética e socialmente responsável frente às comunidades de baixa renda, situadas no entorno dos aeroportos, abrindo novas perspectivas para a construção de um país próspero e socialmente justo. O Programa compõe-se de projetos com a finalidade de oferecer abrigo para menores de rua, escola de ensino fundamental, cursos profissionalizantes, atividades de capacitação, educativas, artísticas e esportivas, dentre outras. No ano de 2009 foram investidos três milhões de reais na manutenção e ampliação dos projetos.

Projeto Forças no Esporte

Ainda na linha de contribuição com o desenvolvimento social do país e com a redução das desigualdades sociais, o Ministério da Defesa institucionalizou a prática de atividades físicas para crianças e jovens carentes nos quartéis. O Projeto, denominado “Forças no Esporte”, é

fruto de um convênio firmado com o Ministério do Esporte, no âmbito do Programa “Segundo Tempo”. Essa iniciativa, desenvolvida por diversas organizações militares em todo o Brasil, beneficiou até o exercício de 2009, mais de 5.000 crianças e jovens carentes, propiciando-lhes alimentação, reforço escolar e atividade física. A meta é atender, até 2011, 25.000 crianças. Além da atenção especial que é dada às crianças e a prática saudável de esportes, o Projeto tem por objetivo reduzir o tempo de exposição das crianças a situações de risco social. Os resultados mais evidentes no exercício de 2009 foram a diminuição da evasão escolar e da desnutrição.

Ações da Marinha do Brasil que contribuíram para a redução das desigualdades sociais

Uma das formas de contribuição da Marinha do Brasil para redução das desigualdades sociais em 2009 deu-se por meio da assistência prestada pelo navio NAsH “Tenente Maximiano”, que atendeu populações ribeirinhas da região do Pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que vivem em comunidades às margens dos rios Paraguai e Cuibá. Ao todo foram realizados mais de três mil atendimentos, entre consultas médicas de clínica geral, procedimentos ambulatoriais e emergenciais, curativos e aplicação de vacinas. Da mesma forma, o Navio-Auxiliar (NA) “Pará”, equipado com consultórios odontológicos e ginecológicos, clínica médica e pediatria, laboratório de patologia, farmácia e um auditório para palestras e reuniões, realizou mais uma Ação Cívico-Social - Aciso, em prol das populações ribeiras mais carentes do Pará. Além do atendimento de saúde, foi possível ao cidadão

obter, por meio do navio, documentos de identidade e carteiras de trabalho.

Ministério da Educação

A educação é um direito de todos, e garantir o exercício deste direito é função primordial de qualquer governo democrático. Visando reduzir as desigualdades regionais, conforme estipulado no § 7º do art. 165 da constituição federal, o MEC desenvolve políticas educacionais mobilizadoras para fomentar a igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental.

As desigualdades educacionais estão presentes tanto quando se comparam regiões, como no confronto entre cidade e campo, periferia e centros urbanos. Neste sentido, diversas ações atuam com o objetivo de redução de desigualdades. O programa Brasil Alfabetizado tem 80% de suas turmas no nordeste. No início do ano de 2009 foi assinado um pacto entre o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e os governadores do nordeste e da Amazônia legal com vistas à ampliação da cobertura e da efetividade do programa. De igual modo, os prefeitos recém empossados, em janeiro de 2009, mereceram uma atenção especial para sua adesão ao programa. O resultado foi a ampliação das metas, por ente federado, de alfabetização de jovens e adultos. Além da focalização no nordeste, praticamente metade dos alfabetizando está em cidades e a outra metade no campo.

Diante dos desafios da educação brasileira de equalizar as condições de acesso e permanência e elevar a qualidade do ensino, cabe destacar, ainda, as seguintes ações:

a) o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação - Fundeb, que contribuiu para a redução das desigualdades educacionais existentes entre os entes federados pois a ação estabelece uma participação federal no aporte de recursos financeiros ao fundo, assegurando, dessa forma, que nenhum estado da federação tenha seu valor aluno/ano abaixo do mínimo definido nacionalmente para a educação básica. O aporte de recursos da união aos fundos estaduais, a título de complementação, totalizou em 2009 o montante de R\$ 5,1 bilhões destinados aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, beneficiando um contingente de 16,5 milhões de alunos.

b) Programa Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica que, em 2009, procurou minorar as desigualdades socioeducacionais existentes entre as regiões brasileiras, observando o princípio redistributivo ao repassar recursos financeiros para as escolas públicas e de educação especial de maneira suplementar.

c) Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica – PNATE, que utiliza o Fator de Correção de Desigualdades

Regionais para o cálculo do valor a ser repassado pela ação. O Fator foi desenvolvido para minimizar as desigualdades regionais, pois utiliza municípios circunvizinhos como referência para o cálculo dos valores a receber por aluno. Além disso, o PNATE contribui para facilitar o acesso à escola dos alunos da zona rural.

d) Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE), que em 2009, teve como diretriz o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos. Dessa forma, ficou definido que, no mínimo 30% dos recursos para o PNAE, oriundos do Governo Federal, deverão ser destinados para comprar gêneros da agricultura familiar, contribuindo para a diminuição da desigualdade regional.

e) Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica (Proinfância). No exercício de 2009 foi possível ampliar o seu alcance direcionando aproximadamente metade dos convênios firmados com os estados às regiões norte e nordeste do país, que são regiões historicamente menos favorecidas, e, dessa forma, promover a redução do número de crianças fora da escola ou em escolas com condições inadequadas para o ensino. Assim, foram construídas novas escolas de educação infantil em seis estados da região norte, sendo firmados 75 convênios, e em oito estados da região nordeste, com 159 convênios firmados, representando 43,5% dos convênios celebrados na ação em nível nacional.

f) Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica-Caminho da Escola que, no ano de 2009, também ajudou na redução das desigualdades regionais. Na esfera municipal, a ação contribuiu para facilitar o acesso dos alunos da zona rural às escolas públicas. Na esfera nacional, a ação reduziu as desigualdades entre regiões, pois o seu atendimento é focado em municípios que se concentram nas regiões norte e nordeste do país e que necessitam de atendimento prioritário.

g) Os Programa de Doutorado Interinstitucional Novas Fronteiras – Dinter NF e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Procad Novas Fronteiras dão ênfase na redução dos desequilíbrios regionais. O Dinter NF viabiliza formar doutores fora dos grandes centros de ensino e pesquisa, fortalecer e estabelecer as condições para a criação de novos cursos de pós-graduação, possibilitando a criação e fortalecimento de linhas de pesquisas que respondam às necessidades regionais. Quanto ao PROCAD, objetiva-se apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa que estimulem a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esses programas visam à diminuição das desigualdades regionais observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Através da cooperação entre programas de pós-graduação situados

nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com programas de pós-graduação bem consolidados sediados em outras localidades, estimula-se a mobilidade de discentes e docentes dos programas participantes. O resultado dessa mobilidade é o aumento no número e na qualidade das pesquisas desenvolvidas e o conseqüente incremento na formação de mestres e doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das assimetrias observadas e para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões.

h) No âmbito da Educação Superior, o MEC tem dado ênfase nas ações de oferta de ensino superior em todas as regiões com a expansão de universidades e também da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com unidades em todos os estados brasileiros. Nessa área de Formação inicial e continuada, o Projeto denominado Mulheres Mil tem dado excelente contribuição na tentativa de reduzir as desigualdades regionais. Os Institutos Federais do Norte e Nordeste do País atuam nesse projeto que oferece formação profissional a cerca de 1.400 mulheres desfavorecidas nessas regiões. Em 2009, destaca-se também ação de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Acrescenta-se ainda o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas – Pró-Residência Médica, que teve como principais beneficiados os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Das 788 bolsas concedidas a programas de residência médica, 473 delas – ou 60% do total – foram destinadas a estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ministério da Integração Nacional

As ações do Ministério da Integração Nacional objetivam prioritariamente atender a sua missão institucional: “Ser um agente indutor da inserção das regiões menos dinâmicas no contexto do desenvolvimento do país” com a função de reduzir as desigualdades inter-regionais.

Com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional, as ações dos Programas: Gestão da Política de Integração Nacional, Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER e Desenvolvimento Macrorregional Sustentável do Ministério contribuem para coordenar a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial; promover o desenvolvimento da faixa de fronteira; aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional.

Nesses programas são desenvolvidas ações de planejamento das políticas de desenvolvimento regional, ordenamento territorial, organização social e gestão participativa, fortalecimento do associativismo e do

cooperativismo, capacitação para o desenvolvimento integrado e sustentável, apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local e de estruturação e organização de arranjos produtivos locais. Por meio dessas intervenções, busca-se aumentar a autonomia e a sustentabilidade dos espaços sub-regionais, organizar a sociedade, desenvolver seu potencial endógeno e fortalecer sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

Trata-se de atuar na redução das desigualdades sociais e regionais a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas, com a pretensão de induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões; promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada; buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos e cooperação entre instituições públicas e privadas.

Ainda como contribuição para o desenvolvimento regional, o MI atua para implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional. Assim, por meio das ações dos Programas Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, Infra-Estrutura Hídrica, Integração de Bacias Hidrográficas e Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial, atua para desenvolver a agricultura irrigada com aumento da produtividade, desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica e de drenagem urbana e aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica.

Por sua vez, as ações associadas à infraestrutura hídrica visam minimizar a carência de água para consumo humano e outros usos, que afeta a saúde pública e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade desse recurso é reduzida, além de promover o aumento das áreas irrigáveis. Nesse sentido vem sendo priorizada a implantação de uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional, com o desenvolvimento de ações estruturantes com vistas a superar os problemas relacionados à estagnação econômica de determinadas regiões, criando condições necessárias para a sustentabilidade do desenvolvimento local e regional.

Ministério da Saúde

No campo da pesquisa e desenvolvimento em saúde, foram agregados 13 centros à Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC), totalizando 32 centros. Foi consolidada a Rede Nacional de Terapia Celular, que colocou o Brasil em destaque no cenário internacional, tornando-se o quinto país a dominar a tecnologia de produção de células tronco não embrionárias pluripotentes. Também teve destaque no ano de 2009 a criação das Redes de Pesquisa

em Dengue, Malária, e Influenza A. O Programa Pesquisa para o SUS lançou 27 editais estaduais, selecionando 380 projetos de pesquisas, contribuindo dessa forma para reduzir as desigualdades regionais no campo científico da saúde. A continuidade da Política Nacional de Atenção Oncológica possibilitou, em 2009, a implantação de mais quatro Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacons), com a capacitação de recursos humanos utilizados, contribuindo assim, na qualificação técnica e gerencial das unidades hospitalares. Durante o ano a rede contemplou todas as Unidades da Federação contando com 41 Cacons, 208 Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacons), nove hospitais gerais com habilitação para realizarem cirurgias oncológicas e 21 serviços isolados de quimioterapia e radioterapia. Nesse contexto, é importante destacar o trabalho de estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO), o qual contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de assistência oncológica no Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

O MDA tem pautado grande parte de sua atuação pela busca da redução das desigualdades regionais. Ações como o Garantia-safra, voltado exclusivamente para o semi-árido, são um exemplo disso. Além dessa, a ação voltada ao fomento à participação da agricultura familiar na cadeia do Biodiesel também prioriza a inclusão de agricultores das Regiões Norte e Nordeste. Conforme colocado anteriormente, no Nordeste e Semi árido, a Petrobras já começa a realizar contratos com agricultores familiares tendo como prazo de vigência 5 anos, e com parâmetros de preços mínimos vinculados ao Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Além disso, a empresa tem prestado assistência técnica de qualidade aos produtores de oleaginosas com mais de 700 técnicos contratados da Ater pública e de cooperativas. No Norte, agricultores familiares, governo, movimentos sociais e empresas apostam no fortalecimento da cadeia produtiva do óleo de dendê como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda. Como exemplo de avanço tem-se a iniciativa de ação conjunta dos Programas de Biodiesel e Terra Legal e a inclusão do dendê em linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental, que faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A criação do PRONAF Dendê estabelece limite de crédito de R\$ 65 mil por agricultor, sendo R\$ 6.500 por hectare.

Pela natureza de suas ações orçamentárias e das atividades desenvolvidas na implementação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais busca-se contribuir para a redução das desigualdades regionais atuando no meio rural e priorizando os territórios rurais que apresentam os piores indicadores sócio-econômicos, além da maior concentração dos seus beneficiários. A abordagem territorial implementada pelo Programa serviu de referência para a concepção e implementação do Programa Territórios da Cidadania, componente da

Agenda Social do Governo Federal, envolvendo ações de 23 ministérios e órgãos federais, beneficiando, em 2009, 120 territórios rurais selecionados entre os 164 apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Com o intuito de colaborar na redução das desigualdades regionais no país, o Programa Nacional de Crédito Fundiário está pautado na priorização de atendimento para regiões onde os índices de pobreza são mais acentuados.

Cabe ainda ressaltar que 45% das famílias atendidas pelo PNCF em 2008 e 2009 vivem nos Territórios da Cidadania (TC), estratégia de ação do governo que visa, por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural. Por meio da integração de políticas públicas, a estratégia busca a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; o planejamento e a integração das ações governamentais; a universalização de programas básicos de cidadania e a ampliação da participação social. Os critérios utilizados para a definição dos Territórios da Cidadania priorizam regiões: com menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social.

A intersecção entre esse recorte da atuação dos Territórios da Cidadania e os critérios de elegibilidade do PNCF aponta para o crescimento do público atendido em áreas com baixa dinamização econômica e renda média das famílias. As duas ações, aliadas, colaboram com mudanças no quadro de desigualdades regionais apresentadas no país.

Além dessas características, o Programa Nacional de Crédito Fundiário consolidou, dentro da Linha de Combate à Pobreza Rural, o adicional "Convívio com Semi-Árido". Nele, os beneficiários, organizados em associações, recebem o adicional de 3 mil reais por família, que deverão ser aplicados na gestão dos recursos hídricos, em ações de preservação ambiental e em estratégias de enfrentamento com a seca. Com isso, espera-se que a infra-estrutura da Unidade Produtiva contemple estruturas facilitadoras da convivência com as especificidades climáticas da região, minimizando os efeitos da seca e aumentando as possibilidades de consolidação e geração de renda por parte das Associações atendidas.

Sem desconsiderar questões históricas, cabe observar o impacto das especificidades climáticas regionais no desenvolvimento agrícola. O adicional Convívio com o Semi-Árido viabiliza a construção de açudes, cisternas, irrigação artificial, entre outros, incrementando e fortalecendo as potencialidades produtivas da região. Desde o início do Programa já foram atendidas mais de 33 mil famílias por este adicional, permitindo ampliar a

produtividade, o retorno financeiro e a qualidade de vida das famílias.

O Incra vem contribuindo com a redução das desigualdades regionais mediante diversos mecanismos. Uma das principais formas de contribuição neste processo se dá através do aporte de recursos em infraestrutura e crédito instalação.

Em relação às ações de infra-estrutura, cujo foco principal tem sido a construção e recuperação de estradas, bem como em ações voltadas ao abastecimento de água, foram aportados, em 2009, mais de 110,7 milhões na região Norte do país, bem como outros 132,8 milhões na região Nordeste. O total de recursos investidos nestas duas regiões em ações de infra-estrutura representa 75% da totalidade dos recursos destinados para esta ação.

Somente no ano de 2009 foram construídos e reformados 2.056 km de estradas na Região Norte, beneficiando diretamente 14.638 famílias. Na região Nordeste, 21.062 km de estradas foram construídos, beneficiando outras 11.239 famílias.

Em relação aos sistemas de abastecimento de água, 8.455 famílias foram beneficiadas na região Nordeste mediante construção de 116 sistemas de abastecimento de água. Já na região Norte do país, outras 330 famílias foram beneficiadas com a construção de sistemas de abastecimento de água, mediante construção de 11 sistemas de abastecimento de água.

O montante de recursos aportados na região Norte com relação ao crédito instalação foi de R\$ 555,3 milhões. Já na região Nordeste, o volume total investido foi de R\$ 453,3 milhões. O total de recursos investidos nestas duas regiões atinge 82,44% de todos os recursos destinados para esta ação, demonstrando claramente a priorização destas regiões do país, consideradas as mais pobres.

Uma das modalidades do crédito instalação tem por objetivo aportar recursos para a construção e reforma de casas. Com estes recursos, somente no ano de 2009, foram construídas ou reformadas o total de 31.276 casas na região Nordeste e outras 8.779 na região Norte. Ou seja, através do Incra, podemos afirmar que, somente em 2009, um total de mais de 40 mil famílias foram beneficiadas e estão vivendo atualmente em residências dignas, contribuindo diretamente para a construção da cidadania destas famílias.

Outra ação específica referente ao crédito instalação é a modalidade "Crédito Semi-árido". Tal modalidade, que abrange toda a região semi-árida do nordeste brasileiro, tem por objetivo principal proporcionar segurança hídrica às famílias beneficiárias da Reforma Agrária. No ano de 2009 foram atendidas cerca de 8 mil famílias com essa modalidade de crédito, sendo que cada família pode receber R\$ 1.500,00, o que totaliza um montante de R\$ 12 milhões em 2009.

Do total de recursos descentralizados para as Superintendências Regionais do Incra, pouco mais de 764

milhões foram destinados aos Territórios de Cidadania, regiões que apresentam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e baixo dinamismo econômico. Este volume de dinheiro representa cerca de 21,2% do total de recursos descentralizados para as Superintendências Regionais. Neste sentido, o Incra soma esforços junto aos outros Ministérios com vistas à erradicação da pobreza no meio rural com um planejamento que alia visão territorial e eficiência nos investimentos públicos.

A regularização fundiária na Amazônia Legal, no exercício de 2009, sofreu modificações importantes, as quais reestruturaram a forma de execução da regularização na região supracitada, com destaque para a criação do Programa Terra Legal, estruturado a partir da MP nº. 458, de 10 de fevereiro de 2009, que foi convertida na Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009.

O Programa Terra Legal tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária nesta região do país, principal demanda para promoção do desenvolvimento sustentável na região. Destaca-se que foram efetuadas uma série de alterações no marco legal do processo de regularização fundiária na Região da Amazônia Legal de forma a facilitar este processo.

É constituído por atividades que englobam iniciativas de cadastramento de ocupantes de terras públicas, levantamento ocupacional, abertura de processos administrativos e de georreferenciamento, sendo que, após essas atividades, o ocupante que cumprir as exigências dos normativos será regularizado por meio da emissão de um título de propriedade, sob condição resolutiva. Com o título em mãos, o beneficiário da regularização terá acesso às políticas públicas, especialmente àquelas voltadas à agricultura familiar.

Com a regularização fundiária os agricultores familiares são inseridos no sistema produtivo, fazendo com que haja um aquecimento do mercado local, seja no aumento da aquisição de insumos agrícolas ou de itens supérfluos, seja no estímulo aos investimentos externos em razão da regularidade da terra, além de diminuir os conflitos no campo.

Tendo em vista à regularização de áreas urbanas consolidadas, objetiva-se evitar a insegurança da posse das moradias da população, expondo-as a ameaças de invasão, despejos e impedindo investimentos na melhoria das condições habitacionais; melhorar o ordenamento da ocupação do território e a promoção das políticas habitacionais, possibilitando aos governos locais a realização de investimentos na melhoria das condições urbanas das áreas, sem contar, que ordenando a ocupação urbana, evita-se a exposição da população a riscos, além de evitar a degradação ambiental.

A regularização fundiária abrange, ainda, ações conjuntas do Governo Federal com os governos estaduais visando o

cadastramento georreferenciado e a titulação de imóveis em áreas públicas estaduais fora da Amazônia Legal.

Os convênios firmados agregam ações de cadastro, georreferenciamento e regularização fundiária em 10 estados contemplando mais de 100 municípios, totalizando o montante de pouco mais de R\$ 30 milhões em investimentos por parte do Incra, com contrapartida dos estados no valor de aproximadamente R\$ 9 milhões, com previsão de emissão de cerca de 35 mil títulos no período de 2008 a 2010.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ações que atuam prioritariamente em algumas regiões têm sido implementadas para diminuir as desigualdades regionais por meio do incentivo aos negócios em pequenas localidades e estímulo aos investimentos de caráter social das empresas.

Arranjos Produtivos Locais

O apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs) é um dos destaques estratégicos da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP em contribuição aos objetivos de desenvolvimento regional e competitividade das empresas. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, buscando a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

Desde a sua instalação, as instituições integrantes do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) têm focalizado suas atuações de forma integrada em 267 APLs Prioritários. No âmbito da Secretária Técnica, onde encontram-se 125 Planos de Desenvolvimento de APLs envolvendo mais de 2.200 ações a executar, foram desenvolvidas, em 2009, entre outras, as seguintes ações, envolvendo 20 Unidades da Federação:

- Realização da 4ª Conferência Brasileira de APLs, com o tema “APLs: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade – Novas Formas de Olhar o Espaço Produtivo”. O evento contou com a presença de 130 palestrantes e debatedores e cerca de 900 participantes; e
- A partir do acesso a recursos para projetos em desenvolvimento produtivo dos APLs, representada pelo Fundo Amazônia, destaca-se o desenvolvimento de processo de sensibilização com gestores e técnicos que atuam na área da Amazônia Legal para a formatação de projetos a serem submetidos ao Fundo. As áreas de interesse são as atividades de desenvolvimento econômico produtivo a partir do uso sustentável da biodiversidade amazônica e de projetos com grande capacidade de aprisionamento de

carbono, com foco na solução de problemas dos APLs.

No âmbito das Ações Orçamentárias, foram desenvolvidos e celebrados instrumentos para os seguintes projetos:

- Projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEx (parceria MDIC/ApexBrasil), que visa elevar o padrão de competitividade das Micro e Pequenas Empresas - MPEs industriais presentes em APLs e induzi-las à inserção no mercado internacional. A iniciativa revela problemas e introduz melhorias em aproximadamente 224 empresas por Núcleo Operacional. Em 2009, foram realizados 631 atendimentos a empresas no âmbito do PEIEx; e
- Conclusão da construção de 31 Barracões Industriais para incubação de indústrias que possibilitaram a implantação de cerca de 100 MPEs, de diferentes setores.

Programa do Artesanato Brasileiro

O Ministério coordena, em nível nacional, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), que congrega coordenações nos 27 estados, responsáveis por ações como participação em feiras e eventos, capacitação de artesãos e estruturação de núcleos de artesãos.

O PAB visa alavancar o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades por meio de ações que têm por fim potencializar oportunidades existentes, vocações regionais e formar uma mentalidade empreendedora, preparando os artesãos para o mercado competitivo e, conseqüentemente, gerando trabalho e renda.

Considerando a grande potencialidade que o setor artesanal possui para alavancar o desenvolvimento sócio-econômico das regiões, foram estabelecidas ações, por meio do PAB, para potencializar oportunidades existentes, aproveitando as vocações regionais, dentre as quais destacam-se:

- O Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), que reúne, em único ambiente, dados dos artesãos e suas organizações de todo país. Até dezembro de 2009, 23 estados lançaram dados no SICAB, totalizando 38.541 cadastros efetivados; e
- O Plano Nacional de Capacitação para o Setor Artesanal (PNC), que contempla a capacitação de coordenadores e técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor artesanal, com o objetivo de formar e ampliar o capital intelectual nas áreas de maior concentração da produção artesanal. Em parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Universidade de Brasília, foram realizados cursos pilotos nos estados da Bahia, do Mato Grosso e no Distrito Federal.

Em 2009 foram promovidas oito feiras e eventos de comercialização de produtos artesanais, nos quais os

artesãos venderam 202.113 peças, faturando R\$ 4,2 milhões.

Microempresas e Empresas de Pequeno e Porte

Em 2009 foi implementada nova estrutura regimental para o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme dispõe a Portaria MDIC nº 170/2009. Foram definidos, pela plenária do Fórum, dois temas a serem desenvolvidos em 2010. Um deles – compras governamentais – é transversal a todos os Comitês Temáticos.

A meta para 2010 é aumentar de 1.000 para 1.700 os municípios que tenham implementado a Lei Geral das MPes.

Nesse exercício foram desenvolvidas ações concretas para criar um ambiente favorável para o surgimento, desenvolvimento e consolidação das micro e pequenas empresas no país buscando reduzir a burocracia legal, estimular a entrada no comércio exterior e apoiar a formação e capacitação, bem como a inovação, o investimento e o financiamento.

Entre os principais resultados obtidos em 2009, no âmbito da Secretaria Executiva e dos Comitês Temáticos, bem como dos destaques estratégicos da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, contribuindo com o propósito de ampliar a contribuição das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte à redução das desigualdades regionais, destacam-se:

- As ações de capacitação do empresariado de MPes alcançaram aproximadamente 2.000 empresários/gestores;
- No âmbito das ações do Fórum, foram disponibilizadas as seguintes publicações: i) Edição 2008 do Boletim Estatístico - Exportação Brasileira por Porte de Empresa; ii) "Balanço das Ações do Fórum Permanente 2000-2008", apresentando informações sobre o segmento das Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPPs e as propostas aprovadas pelo Fórum; e iii) Cartilha Informativa de Produtos e Serviços Bancários para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que apresenta informações sobre os produtos e serviços do sistema financeiro oficial (BASA, BB, BNB, CAIXA e BNDES);
- Em matéria de crédito houve a ampliação do Cartão BNDES para o setor de serviços de certificação da qualidade (credenciados pelo Inmetro) e de acreditação (credenciados pela ANS), voltados, neste caso, às empresas da área de saúde; e

- Foram instalados em 2009 seis Fóruns Regionais (SC, MG, PR, RR, GO, BA), que constituem espaços de interlocução entre atores públicos e privados envolvidos no processo de elaboração das políticas públicas para o segmento.

Desenvolvimento da Amazônia

A Zona Franca de Manaus (ZFM) tem se mostrado como um modelo virtuoso de desenvolvimento regional implantado pelo Governo Federal para reduzir as diferenças econômicas e sociais da Amazônia Ocidental frente às regiões mais desenvolvidas do país.

O propósito central está na criação constante de condições econômicas capazes de promover o desenvolvimento regional, em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram as indústrias motoras dos centros consumidores de seus produtos.

O Pólo Industrial de Manaus (PIM), principal responsável pelo crescimento econômico e social dessa região, é contemplado pelos efeitos dos benefícios fiscais em toda a área de atuação da autarquia, que se materializam na forma de projetos sócio-econômicos capazes de identificar oportunidades com vistas à atração de empreendimentos, infra-estrutura, estímulo e fortalecimento na formação de capital intelectual, ciência, tecnologia e inovação.

Os efeitos positivos gerados pelo PIM são irradiados para os estados da sua área de atuação (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e nos municípios de Macapá e Santana no estado do Amapá) na forma de investimentos em projetos de infraestrutura econômica, produção, turismo, pesquisa e desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos. Tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico no interior da Amazônia Ocidental, contribuindo significativamente para reduzir as desigualdades regionais e inter-regionais.

Desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O desempenho do Banco em 2009, além de ter sido notável do ponto de vista do montante financeiro, marcou-se pela veemente ação na redução das desigualdades regionais.

Em relação a 2008, não só a taxa de crescimento dos desembolsos para as Regiões Norte e Nordeste cresceu de forma intensa, como o crescimento agregado em termos de valor para as duas regiões somadas superou o crescimento do desembolso para a região Sudeste, como mostra o quadro:

DESEMBOLSO PRIMÁRIO (EM R\$ MILHÕES)

REGIÃO	2008	2009	Variação 2008/ 2009 (%)	Contribuição Crescente %
NORTE	4.952	11.213	126,5	13,8
NORDESTE	7.627	22.067	189,3	31,8
SUDESTE	51.010	71.660	40,5	45,4
SUL	17.408	20.677	18,8	7,2
CENTRO-OESTE	9.881	10.738	8,7	1,9
BRASIL	90.878	136.356	50,0	100,0

Fonte: BNDES

Os grandes destaques da atuação na região Norte foram os investimentos nas Áreas de Infraestrutura em Energia e de Insumos Básicos no setor de Mineração, apresentando, em 2009, desembolsos na ordem de R\$ 5,9 bilhões e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente.

Os principais destaques da atuação na região Nordeste, em 2009, foram os investimentos da Área de Insumos Básicos no setor de petróleo e gás, com desembolsos de R\$ 11,2 bilhões; da Área de Infraestrutura em Energia, de R\$ 1,5 bilhão; e da Área de Inclusão Social, de R\$ 2,3 bilhões.

O grande fator no crescimento do desembolso para a região Sudeste foi o investimento da Área de Insumos Básicos no setor de petróleo e gás, com investimentos na ordem de R\$ 16,5 bilhões em 2009.

O desembolso da Área de Inclusão Social também tem destaque do ponto de vista de taxa (e, em menor escala, do volume financeiro) de crescimento, assim como os desembolsos de Operações Automáticas e de Financiamento à Exportação apresentaram volumes expressivos e um crescimento sólido.

Com o desembolso do Banco para a Região Sul apresentando crescimento de 19%, as operações automáticas foram o grande destaque, não só pelo valor absoluto, mas como pelo volume de crescimento.

O ponto de maior destaque da atuação do Banco em relação à região Sul é o alcance que essas operações têm, de maneira que, em 2009, R\$ 8,3 bilhões foram desembolsados para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas.

A região Centro-Oeste apresentou um crescimento dos desembolsos de aproximadamente 9%, resultado que pode ser explicado, em grande medida, pelo fato dos grandes projetos de infraestrutura terem sido concluídos ainda em 2008. Já em 2009, os principais destaques derivam-se dos investimentos da Área de Insumos Básicos, dos quais R\$ 1 bilhão em mineração e R\$ 536 milhões em papel e celulose.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

As ações desenvolvidas no âmbito do Ministério do Planejamento com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional foram executadas no Programa Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, que tem por objetivo identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de

acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável.

Neste sentido, os projetos com impacto sobre a redução das desigualdades regionais foram:

a) Projeto Nossa Várzea: Sustentabilidade e Cidadania na Amazônia - que garante às famílias e comunidades ribeirinhas o reconhecimento de sua posse tradicional e o papel de agentes promotores da preservação ambiental e do desenvolvimento local, mediante a entrega do Termo de Autorização de Uso de áreas da União - etapa inicial do procedimento de regularização fundiária. Este documento, além do reconhecimento da posse, defende a cidadania dos ribeirinhos, sendo utilizado como comprovante de endereço; garantia de acesso à aposentadoria, a recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf entre outros. Criado no Pará, este Projeto é fruto dos esforços conjuntos da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, comunidades locais extrativistas e diversos parceiros na redução das desigualdades regionais. Em 2009 foram entregues 13.491 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas no estado do Pará e 58 Termos às famílias ribeirinhas no estado do Amapá. Desde 2005 o Projeto já beneficiou cerca de 40 mil famílias no estado do Pará, principalmente no Arquipélago do Marajó, e está sendo desenvolvido também nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Tocantins. O comprometimento com este projeto levou a SPU a ganhar o 12º Concurso de Inovação de Políticas Públicas da ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, na categoria inclusão social.

b) Regularização de Reservas Extrativistas

A regularização fundiária das Reservas Extrativistas - Resex, que são Unidades de Conservação de domínio público e posse das comunidades extrativistas, é uma das prioridades para que seja garantida gestão plena, sustentabilidade e o reconhecimento da cidadania e segurança da posse das comunidades extrativistas. Num esforço interministerial, o Ministério do Planejamento/SPU em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio definiram os procedimentos mais ágeis e simples para a regularização fundiária das Resex situadas em áreas da União, com vistas a regularização de nove Resex: São João da Ponta (PA), Mapuá (PA), Tracuateua (PA), Mãe Grande do Curuçá (PA), Chocoaré- Mato Grosso (PA),

Maracanã (PA), Araí - Peroba (PA), Cururupu (MA), Corumbau (BA).

c) Regularização Fundiária Urbana de áreas da União ocupadas por população de baixa renda

De 2008 para 2009 alcançamos uma significativa inversão dos resultados da regularização fundiária de interesse social em áreas da União, no tocante ao seu impacto regional.

Pela primeira vez as regiões Norte e Nordeste cadastraram e titularam maior número de famílias de baixa renda ou comunidades tradicionais que vivem em áreas da União do que as outras regiões, inclusive o Sudeste, que possuía melhor desempenho, garantindo, dessa forma, o cumprimento da função socioambiental do patrimônio público.

As ações em todas as regiões avançaram devido a programas afirmativos de combate à irregularidade fundiária regional como o Projeto Nossa Várzea, o Programa Terra Legal, o PAC, as ações de cadastramento e titulação na Região Norte, com destaque para o estado do Pará e, na Região Nordeste, para o estado do Maranhão. As ações de regularização no Norte e Nordeste somam mais de 60% do total de famílias beneficiadas.

d) Identificação de áreas da União para destinação a programas habitacionais de interesse social

Em 2009 foram declaradas 45 áreas da União para serem destinadas à habitação, livres e desembaraçadas para apresentação de projetos habitacionais por Entidades Privadas e Cooperativas sem fins lucrativos, no âmbito dos Programas Habitacionais do Ministério das Cidades, sendo um em Minas Gerais, 33 em São Paulo e 11 no Paraná.

Este trabalho foi resultado dos Grupos de Trabalho Estaduais constituídos pelos segmentos do Conselho das Cidades, da CAIXA, de Servidores da SPU dos respectivos estados e convidados com o fim de identificar imóveis da União para destiná-los a programas habitacionais de interesse social.

A destinação destas 45 áreas da União, somadas às 21 áreas, também da União, que foram disponibilizadas em 2008 para este mesmo fim nos estados de Minas Gerais (4), Rio de Janeiro (3), Pará (4), Rio Grande do Sul (5), Pernambuco (2) e Goiás (3), representa o resultado de grande esforço que a SPU tem feito em destinar imóveis públicos para execução de projetos habitacionais para população de menor renda.

O resultado deste trabalho colabora com a redução das desigualdades regionais na medida que está ampliando a escala de oferta de imóveis da União para programas habitacionais. Ademais, estes imóveis integrarão o empreendimento a custo zero, fato que reduzirá consideravelmente o valor total do empreendimento.

e) Destinação de áreas da União para Cooperativas de catadores

Esta ação particularmente desenvolvida no Distrito Federal será um divisor de águas em relação ao acesso à renda pelos cooperados.

No Dia Mundial dos Direitos Humanos (10 de dezembro) foram destinadas quatro áreas onde serão construídos galpões de triagem e unidades de beneficiamento de material reciclável.

A destinação dessas áreas irá agregar outras cooperativas, que significa agregar valor ao material coletado e separado.

A estimativa da Central das cooperativas de materiais recicláveis do DF - CENTCOOP é de que os catadores passarão de uma renda mensal que varia entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00 para uma de R\$1.000,00 a R\$1.200,00 mensais.

Ministério do Trabalho e Emprego

No âmbito das ações implementadas pelo Governo Federal com vistas a reduzir as desigualdades regionais, vale destacar que o critério de distribuição dos recursos do SINE privilegia os estados e municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com 10% a mais de recursos que os entes federativos das Regiões Sul e Sudeste.

Ministério dos Transportes

A redução de desigualdades regionais em áreas deprimidas é aplicada em projetos de transportes voltados para despertar o potencial de desenvolvimento em regiões que apresentam indicadores econômicos e sociais abaixo dos valores médios nacionais. Esses projetos são constituídos, principalmente, pela implantação ou melhoramentos na infraestrutura viária multimodal, no sentido de viabilizar atividades econômicas potenciais que dependam destas infraestruturas para sua concretização.

As atividades de manutenção de hidrovias executadas pelas Administrações Hidroviárias em 2009 geraram impactos satisfatórios às populações ribeirinhas, pois com as hidrovias interiores desobstruídas é possível proporcionar um tráfego seguro para escoar, entre outras, produções pesqueiras, safras agrícolas, fruticultura, pecuária, extrativismo vegetal e produção animal, além de possibilitar o transporte de passageiros.

Considerando o modal rodoviário como um diferencial ativo para o desenvolvimento do país, integrador e modernizador da economia e fator decisivo nas ações para diminuição das desigualdades regionais, em 2009 foi dado seguimento em várias ações para o aparelhamento da malha rodoviária em todo o país. Como exemplo, citam-se as ações desenvolvidas na BR-230/PA, tais como: construção de ponte sobre o Rio Araguaia na divisa dos estados do Pará e Tocantins;

construção de trecho rodoviário do entroncamento com a BR-163 (Campo Verde) e Miritituba; e construção do trecho entre Altamira e Rurópolis. Tais obras são importantes na integração social e comercial da região Norte, além de melhorar a trafegabilidade de veículos.

A construção do trecho rodoviário Bertolândia - Eliseu Martins, no estado do Piauí, constituir-se-á em alternativa de ligação da Região Nordeste com o Distrito Federal, reduzindo o custo de transportes e acelerando o desenvolvimento econômico daquela Região.

A duplicação da rodovia BR-101 do Rio Grande do Norte à Bahia é fundamental para ligação dos pólos industriais nordestinos, além de ser de uma importante via de rota turística.

Na BR-364, as intervenções executadas no Mato Grosso, em Rondônia e no Acre transformaram a via para atender suas necessidades de ampliação, aumento de capacidade de tráfego, segurança, e adequação ao desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste, no sentido de facilitar o escoamento de produção, visando atender aos fluxos gerados pela produção agrícola.

Ministério das Cidades

Saneamento

Na função Saneamento, os empenhos realizados em 2009 levaram em conta as desigualdades regionais do

país. As dotações executadas priorizaram as regiões mais carentes do país, onde a população possui proporcionalmente maior déficit de atendimento de saneamento básico.

Conforme censo IBGE de 2000 (último censo registrado), as regiões Norte e Nordeste possuem infraestrutura de saneamento menos desenvolvida se comparado às outras regiões do país.

Na região Nordeste, por exemplo, somente 17,7% da população é beneficiada com esgotamento sanitário, enquanto, no mesmo período, mais de 63% da população da região Sudeste é atendida neste quesito.

Considerando a deficiência de saneamento entre as regiões, observamos que as regiões Nordeste e Norte foram, respectivamente, a segunda e terceira regiões que mais receberam aporte orçamentário, totalizando conjuntamente mais de 45% dos empenhos realizados.

Já a região sudeste, por representar mais de 42% da população brasileira, obteve 40% do total empenhado.

Conclui-se portanto que as ações tomadas na área de saneamento básico, não só procuraram reduzir nacionalmente esta necessidade fundamental de toda população, como também reduzir as desigualdades regionais existentes na infraestrutura de saneamento no Brasil.

REGIÃO	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO ATENDIDA ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%)	POPULAÇÃO ATENDIDA ESGOTAMENTO SANITÁRIO (%)	EMPENHOS (2009) (R\$)	%
SUDESTE	77.873.120	42,30	84,6	63,6	1.070.777.517,51	40,00
NORDESTE	51.534.406	28,00	63,9	17,7	873.649.947,38	32,60
NORTE	14.623.316	7,90	51,9	2,8	333.086.650,52	12,40
CENTRO-OESTE	13.222.854	7,20	80,3	33,1	222.033.142,56	8,30
SUL	26.733.595	14,50	77,9	26,1	178.723.117,50	6,70
TOTAL	183.987.291	100,00			2.678.270.375,47	100,0

Fonte: IBGE e Siafi

Habitação

Segundo pesquisa PNAD 2007, os maiores déficits habitacionais do Brasil encontram-se nas regiões Sudeste (36,4%) e Nordeste (34,3%), seguidos nesta ordem pelas regiões Sul (12,0%), Norte (10,3%) e Centro-Oeste (7,0%), como pode ser observado no quadro a seguir. Pode-se observar no quadro que o maior volume destes empenhos foi aplicado nas regiões Sudeste (44,8%) e Nordeste (23,2%), onde também se encontram, na mesma ordem, os maiores déficits habitacionais, o que demonstra a preocupação do Ministério das Cidades em minimizar as desigualdades existentes entre as diversas regiões brasileiras na área de habitação.

REGIÃO	DÉFICIT HABITACIONAL (%)	EMPENHOS (2009) (R\$)	%
SUDESTE	36,4	489.087.438,00	44,8
NORDESTE	34,3	253.100.610,00	23,2
SUL	12,0	87.344.658,00	8,0
NORTE	10,3	173.974.591,00	15,9
CENTRO-OESTE	7,0	88.175.928,00	8,1
TOTAL	100 %	1.091.683.225,00	100 %

Fonte: PNAD 2007, Siafi 2009

Ministério da Pesca e Aquicultura

As principais ações do Ministério da Pesca e Aquicultura com vistas à redução das desigualdades regionais referem-se à política de abordagem territorial e ao Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca. Essas ações foram baseadas nas premissas do desenvolvimento local, entendido como um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

O MPA instituiu, ainda, no âmbito da SEAP/PR, em 2008, a política de desenvolvimento territorial para a pesca e aquicultura cujo objetivo é promover a inserção competitiva do segmento da aquicultura e pesca nas dinâmicas territoriais a partir do fortalecimento das cadeias produtivas do setor (planejamento e autogestão) e assim contribuir para a dinamização da economia e o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Adotou-se como metodologia o processo de gestão participativa para o desenvolvimento local, e também as experiências recentes dos territórios rurais de identidade junto à Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário, que correspondem à concepção pedagógica de apoio ao desenvolvimento territorial e coerente com os referenciais conceituais adotados pelo Governo Federal em diversos programas e ações, em especial nos Territórios da Cidadania e nas Comunidades e Povos Tradicionais.

Prevê como resultados esperados: a gestão sustentável e compartilhada dos recursos pesqueiros, adotando diferentes instrumentos e mecanismos para sua efetivação; a implantação de políticas de forma articulada nas três esferas de governo; a elaboração de planos territoriais de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca; e a ampliação das capacidades humanas e institucionais.

A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura é uma das diretrizes do Plano Mais Pesca e Aquicultura, do Ministério da Pesca e Aquicultura, e tem como objetivo trazer o setor para dialogar com os demais atores territoriais, favorecendo processos participativos.

Inicialmente foram identificados 174 territórios da pesca e aquicultura, espalhados por todos os estados e o Distrito Federal, que congregam 1.886 municípios e mais de 500.000 pescadores. Em 2009 o trabalho foi iniciado em 60 desses territórios.

A implantação da política está sendo feita de maneira descentralizada por meio de nove convênios regionais com entidades parceiras que disponibilizam apoio e assessoria técnica aos territórios.

Em 2009 foram investidos R\$ 8,29 milhões na Política, e cada território tem um articulador territorial e assessorias específicas, além de recursos para a realização de oficinas territoriais, audiências públicas e estudos.

A Política está no 1º ciclo de sua implantação, onde estão sendo feitos a mobilização, sensibilização dos atores e o planejamento territorial.

Em 2009 foram realizadas 26 oficinas estaduais de mobilização de parcerias (instituições públicas de âmbito federal, estadual e municipal, entidades de representação e de organização do setor, entidades de apoio), uma em cada estado do Brasil.

Além dessas, estão em andamento oficinas nos territórios com o objetivo de apresentar a política, mobilizar o setor, instituições públicas e de apoio e fazer o planejamento inicial das ações territoriais visando atingir os seguintes objetivos:

- Fortalecer a participação do setor nos colegiados dos Territórios da Cidadania e a articulação com outras políticas públicas;
- Estimular a criação de instâncias setoriais da Pesca e Aquicultura nos colegiados existentes em territórios de atuação dos Programas Territórios da Cidadania (CC/PR) e de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT/MDA/SDT). Em territórios da pesca e aquicultura que não fazem parte dos Programas citados e onde não há um colegiado, estimular a sua criação;
- Elaborar um Programa Territorial da Pesca e Aquicultura que dialogue com os Planos Territoriais existentes, dando visibilidade ao setor e formulando propostas estratégicas para o seu desenvolvimento;
- Apoiar a gestão social de empreendimentos públicos de apoio à pesca e aquicultura;
- Estimular e apoiar processos de gestão compartilhada de recursos pesqueiros.

A região da Amazônia Legal abrange 59% do território nacional e compreende nove estados e 775 municípios. Congrega mais de 23 milhões de habitantes – 12,8 % da população do país – com uma taxa de crescimento populacional 40% acima da média nacional, imprimindo profundas transformações, evidentes nos 18% de sua área já desmatada. Além disso, habitam na Amazônia 43,6% dos pescadores cadastrados no país.

Em virtude da concreta demanda de políticas públicas frente à relevância histórica, diversidade socioambiental e potencialidade econômica dessas atividades no desenvolvimento do cenário amazônico, especialmente na segurança alimentar e na geração de emprego e renda, o Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA) elaborou o Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca, associado às diretrizes estratégicas do Plano Amazônia Sustentável (PAS/MI/2007).

O Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca também está associado às principais iniciativas da agenda

social do governo federal atuantes na região, como o programa Territórios da Cidadania e a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, a Operação Arco Verde e Terra Legal, o Macrozoneamento da Amazônia Legal e Plano de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago de Marajó e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

Entretanto, foi a busca de atividades alternativas ao extrativismo na Amazônia, com a preservação do meio ambiente e geração de renda para a população, que motivou o MPA a elaborar o plano, cuja finalidade é articular as ações propostas pelas políticas transversais do Governo Federal, em especial aquelas que têm relação com a pesca e a aquicultura.

O objetivo principal é estimular a produção em cativeiro de peixes da região e ordenar a pesca de forma a equilibrar a captura das espécies nativas.

O plano já está sendo executado nos estados que compõem a Amazônia Legal através de oficinas com a participação de representantes dos governos estaduais, pescadores, aquicultores, sociedade civil organizada, além de órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Nesses encontros estão sendo identificadas as políticas públicas que serão base no desenvolvimento do plano, como, por exemplo, ações de infraestrutura, de pesquisa e extensão, linhas de crédito, entre outras.

O Plano tem também, entre seus objetivos, o ordenamento da pesca na Amazônia para atingir seu pleno potencial de forma sustentável.

Segundo estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), há uma pressão grande sobre um pequeno número de espécies de peixes, enquanto outras estão com a capacidade de captura subaproveitada.

Essa situação é mais contundente na pesca comercial feita na região que explora cerca de 100 espécies, sendo que aproximadamente 90% estão concentrados somente em uma dezena de espécies, destacando-se o tambaqui, o jaraqui, o matrinxã, o curimatã, o pacu e o tucunaré.

O documento ainda aborda questões relacionadas à produção pesqueira, como os subprodutos da pesca, entre eles os restos de pescado usados para produção de farinha ou ração e pele de peixe curtida, cujo valor no mercado internacional, em alguns casos, ultrapassa o da carne do próprio peixe para alimentação.

Está nessa lista, também, a criação de peixes ornamentais que atualmente é feita de forma artesanal e envolve cerca de 10 mil pessoas.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o mercado exportador de peixes ornamentais comercializou cerca de 23,5 milhões de peixes em 2008, o que representou uma geração de divisas de mais de US\$ 5.6 milhões para o país, valor semelhante às exportações de atuns e afins frescos e congelados.

Essa atividade, no entanto, vem enfrentando problemas como o contrabando de espécies para os continentes europeu e asiático, onde são desenvolvidas técnicas de reprodução e, posteriormente, são comercializadas no mercado internacional numa concorrência desleal com a produção brasileira.

A coordenação do Plano Amazônia Aquicultura e Pesca é do Ministério da Pesca e Aquicultura e tem a colaboração entre os estados que compõem a região para adoção de planos, projetos e ações que possam consolidar as políticas voltadas para o desenvolvimento da aquicultura e pesca.

O fortalecimento da integração regional tem como premissa consultas prévias e permanente intercâmbio de informações e experiências, além da articulação operacional de planos, programas, projetos e ações que tiverem aspectos comuns em diferentes unidades federadas.

O plano prevê ainda a implantação de um modelo de gestão que permita a participação dos países que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).